

A INTEGRAÇÃO DA ECOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO SEXUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PROMOVENDO INCLUSÃO E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Aline Ribeiro Correa¹

Laércio de Oliveira²

Eliete Francisca da Silva Farias³

RESUMO: Este artigo discute a possibilidade de integração entre a Ecopedagogia e a Educação Sexual de pessoas com deficiência, propondo um diálogo entre dois campos que, isoladamente, já apontam para a necessidade de uma escola mais inclusiva e mais consciente de sua responsabilidade socioambiental. Parte-se do pressuposto de que a Ecopedagogia e a Educação Sexual inclusiva compartilham um mesmo horizonte pedagógico: o reconhecimento do corpo, da natureza e da diversidade humana como dimensões interligadas e merecedoras de cuidado. Por meio de revisão bibliográfica narrativa, o estudo articula os fundamentos da Ecopedagogia, sobretudo a partir da obra de Moacir Gadotti, à literatura brasileira sobre sexualidade e deficiência, evidenciando barreiras históricas como o capacitismo, a infantilização e a negação da sexualidade das pessoas com deficiência. Os resultados apontam possibilidades pedagógicas concretas: o uso de metáforas ecológicas para abordar o corpo e o cuidado de si, práticas ao ar livre e sensoriais adaptadas, currículos que articulem sustentabilidade e direitos sexuais e reprodutivos, e a formação continuada de professores para o tema. Conclui-se que a aproximação entre Ecopedagogia e Educação Sexual pode contribuir para uma prática pedagógica mais ampla, capaz de formar sujeitos conscientes de si, do outro e do planeta, e de romper com o silenciamento histórico que recai sobre a sexualidade de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Educação sexual. Pessoas com deficiência. Educação inclusiva. Consciência ambiental.

ABSTRACT: This article discusses the possibility of integrating Ecopedagogy and Sexual Education for people with disabilities, proposing a dialogue between two fields that, on their own, already point to the need for a more inclusive school and one more aware of its socio-environmental responsibility. It is assumed that Ecopedagogy and inclusive Sexual Education share the same pedagogical horizon: the recognition of the body, nature, and human diversity as interconnected dimensions worthy of care. Through a narrative literature review, the study articulates the foundations of Ecopedagogy, mainly drawing on the work of Moacir Gadotti, with Brazilian literature on sexuality and disability, highlighting historical barriers such as ableism, infantilization, and the denial of the sexuality of people with disabilities. The results point to concrete pedagogical possibilities: the use of ecological metaphors to address the body and self-care, adapted outdoor and sensory practices, curricula that articulate sustainability with sexual and reproductive rights, and continuing teacher training on the subject. It is concluded that bringing Ecopedagogy and Sexual Education closer together can contribute to a broader pedagogical practice, capable of forming subjects aware of themselves, of others, and of the planet, and of breaking with the historical silencing that surrounds the sexuality of people with disabilities.

Keywords: Ecopedagogy. Sexual education. People with disabilities. Inclusive education. Environmental awareness.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina). Especialista em Educação Especial e Libras pela FUCAP (Faculdade Capivari). Professora estatutária de Educação Especial pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), no CAESP de Laguna, Santa Catarina.

² Mestrando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (Flórida-USA). Especialista em Autismo pela Pólis Civitas. Professor estatutário de Educação Especial pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), no CAESP de Laguna, Santa Catarina.

³ Docente do curso de mestrado da Veni Creator Christian University (Flórida-USA).

I INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma dimensão constitutiva da existência humana, presente da infância à velhice, independentemente de a pessoa apresentar ou não alguma deficiência. Ainda assim, a Educação Sexual de pessoas com deficiência permanece, no contexto escolar brasileiro, cercada de silêncios, tabus e práticas de infantilização que negam a esses sujeitos o direito de se reconhecerem como seres sexuados. Estudos recentes indicam que essa negação não é acidental, mas resultado de uma construção histórica e cultural que associa deficiência à assexualidade ou, em outros casos, à hipersexualização descontrolada, dois extremos igualmente excludentes (MAIA, 2006).

Paralelamente, a crise socioambiental contemporânea tem exigido da escola um compromisso mais amplo com a formação de sujeitos capazes de compreender sua relação com o planeta, com os outros seres vivos e consigo mesmos. Nesse cenário, a Ecopedagogia se apresenta como um movimento pedagógico que ultrapassa os limites da Educação Ambiental tradicional, propondo uma leitura de mundo fundada na sustentabilidade, na cidadania planetária e no cuidado com a vida em todas as suas formas (GADOTTI, 2010).

O presente artigo parte da seguinte questão: em que medida os princípios da Ecopedagogia podem contribuir para qualificar e ampliar a Educação Sexual voltada a pessoas com deficiência? A hipótese que orienta esta investigação é a de que ambos os campos, embora historicamente tratados de forma separada na literatura educacional, compartilham um mesmo núcleo formativo: o reconhecimento do corpo como parte da natureza, a valorização da diversidade e a defesa de uma pedagogia do cuidado, que se opõe a lógicas de exclusão, seja do meio ambiente, seja das pessoas com deficiência. Cabe explicitar, desde já, que essa aproximação é uma proposição teórica e original deste estudo, e não uma síntese de convergências já consolidadas na literatura: ecopedagogia e educação sexual de pessoas com deficiência constituem, até o momento, campos que não dialogam diretamente entre si nas publicações consultadas, de modo que a integração aqui defendida deve ser lida como hipótese interpretativa a ser testada, e não como consenso estabelecido.

Justifica-se a relevância deste estudo pela escassez de produções acadêmicas que aproximem esses dois campos. A literatura sobre Ecopedagogia costuma tratar da relação ser humano-natureza de forma genérica, sem atenção às especificidades dos corpos com deficiência; já a literatura sobre Educação Sexual e deficiência, embora consistente, raramente dialoga com discussões ambientais ou com metodologias baseadas em experiências sensoriais e ao ar livre.

Este artigo busca, portanto, preencher uma lacuna teórica e sugerir caminhos pedagógicos concretos para profissionais da educação especial e da educação inclusiva.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as possibilidades de integração entre a Ecopedagogia e a Educação Sexual de pessoas com deficiência, com vistas a promover inclusão e consciência ambiental de forma articulada. De maneira específica, pretende-se: (a) apresentar os fundamentos teóricos da Ecopedagogia; (b) discutir o histórico e os principais desafios da Educação Sexual de pessoas com deficiência no Brasil; e (c) propor interfaces pedagógicas entre os dois campos, com base na revisão da literatura consultada.

Para tanto, o artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, subdividido em quatro subtópicos que tratam, respectivamente, dos fundamentos da Ecopedagogia, do marco legal e conceitual da sexualidade e deficiência, das barreiras enfrentadas na Educação Sexual inclusiva e das possíveis interfaces entre os dois campos. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, discutem-se os resultados encontrados na literatura à luz da proposta de integração. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ecopedagogia: fundamentos, princípios e a Carta da Terra

3

A Ecopedagogia surgiu no final do século XX como resposta pedagógica à crise ambiental e civilizatória, ganhando corpo teórico sobretudo a partir dos trabalhos de Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez. Diferentemente da Educação Ambiental tradicional, que muitas vezes se restringe a conteúdos sobre ecologia, reciclagem e preservação de recursos naturais, a Ecopedagogia propõe uma reorientação mais profunda do sentido da educação. Segundo Gadotti, a ecopedagogia está mais próxima de uma educação sustentável, de uma ecoeducação que não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o sentido mais profundo do que se faz com a própria existência (GADOTTI, 2010).

Um dos conceitos centrais dessa perspectiva é o de cidadania planetária, que desloca o sentido de pertencimento do indivíduo de uma nação, etnia ou grupo específico para a humanidade como um todo e para a Terra como território comum. Gadotti (2010, p. 13) apresenta, em sua obra sobre a Carta da Terra na educação, os princípios de uma "pedagogia da Terra", fundamentada no reconhecimento do planeta como uma comunidade única, viva e em constante evolução. Essa concepção supera o antropocentrismo típico das pedagogias clássicas,

propondo uma visão de mundo em que o ser humano se compreende como parte da natureza, e não como seu dominador.

No contexto da educação ecotransformadora, a Ecopedagogia está alinhada com a proposta do Pacto Educativo Global, que inclui entre seus sete compromissos o cuidado com o nosso lar comum. No documento Vademecum do Pacto Educativo Global (2020, p. 16), são apresentadas as orientações para educadores que concretizam os princípios fundamentais da Ecopedagogia.

Incentivar atividades na sua organização em defesa do ambiente. Desenvolver um cuidado para a casa comum e refinar a capacidade de levar o coração à beleza face às maravilhas da criação. Facilitar a conversão em energias renováveis para o sustento energético da sua instituição/organização. Criar espaços verdes nos seus centros educativos proporcionalmente ao número de membros da sua instituição/organização.

O Pacto Educativo Global busca fomentar a educação integral tanto das pessoas quanto das comunidades, com o propósito de transformar as relações humanas e sociais. Nesse contexto, são estabelecidos sete compromissos voltados para promover uma renovação educacional em nível mundial, priorizando a formação de indivíduos baseados na abertura, na alteridade e na solidariedade global. A Ecopedagogia, por sua vez, fundamenta-se em pilares metodológicos que favorecem a disseminação e a aplicação do Pacto Educativo Global nos mais diversos espaços e instituições educacionais.

4

A Ecopedagogia também dialoga intensamente com a pedagogia freireana, da qual herda a centralidade da conscientização como processo educativo. Para Paulo Freire, a educação não pode ser neutra: ela é, antes de tudo, um ato político de leitura crítica do mundo, capaz de promover a autonomia dos sujeitos e sua capacidade de intervir na realidade (FREIRE, 1996). Ao incorporar essa matriz, a Ecopedagogia não se limita a ensinar sobre o meio ambiente, mas busca formar sujeitos crítica e afetivamente implicados com a vida, com o cuidado de si e do outro, e com a transformação das relações sociais de opressão, sejam elas dirigidas à natureza, sejam dirigidas a grupos humanos historicamente marginalizados.

Gutiérrez e Prieto (1994), ao proporem o conceito de mediação pedagógica, reforçam essa dimensão relacional da aprendizagem: aprender não é um processo de transmissão de conteúdos, mas de construção de sentidos a partir da experiência vivida, do corpo e do território. Essa ideia é especialmente relevante para o presente estudo, pois aponta para metodologias que valorizam a experiência sensorial, o corpo e o contexto concreto do aprendiz, elementos igualmente

centrais quando se pensa em Educação Sexual para pessoas com deficiência, cujas formas de apreensão do mundo frequentemente exigem estratégias sensoriais e corporais diferenciadas.

Entre os princípios da Ecopedagogia sistematizados por Gadotti, destacam-se: o reconhecimento da Terra como organismo vivo; a defesa de uma sociedade sustentável, cooperativa e não predatória; a valorização da diversidade biológica e cultural; e o compromisso com a justiça e a equidade como pilares do desenvolvimento. Tais princípios, embora formulados originalmente para pensar a relação entre seres humanos e meio ambiente, guardam evidente potencial de expansão para pensar também as relações entre corpos diversos, incluindo os corpos com deficiência, historicamente lidos como "anormais" ou "desviantes" por uma cultura que hierarquiza corpos e capacidades.

2.2 Sexualidade, deficiência e direitos: marco legal e conceitual

A sexualidade das pessoas com deficiência foi, por muito tempo, tratada pela literatura científica e pelo senso comum sob duas narrativas igualmente equivocadas: a da assexualidade, que nega a existência do desejo e da vida sexual dessas pessoas, e a da hipersexualização, que as associa a comportamentos descontrolados e supostamente perigosos. Maia (2006) demonstra como essas representações sociais contribuem para a manutenção de mitos que dificultam o acesso dessas pessoas à informação, à orientação e ao exercício pleno de sua sexualidade. Segundo a autora, romper com esses mitos é condição necessária para que a Educação Sexual cumpra sua função emancipatória junto a esse público.

Do ponto de vista legal, o Brasil avançou significativamente na última década em relação aos direitos das pessoas com deficiência. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, reconhece a educação inclusiva como direito fundamental e estabelece que os Estados-partes devem assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis, garantindo o pleno desenvolvimento do potencial humano dessas pessoas (BRASIL, 2009). Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, reafirma esses princípios no ordenamento jurídico interno, prevendo o direito à saúde sexual e reprodutiva e vedando qualquer forma de discriminação baseada na deficiência (BRASIL, 2015).

Apesar desse arcabouço legal, Maia e Ribeiro (2010) apontam que a prática escolar segue distante do que preveem as normas, sobretudo porque professores e famílias, muitas vezes, reproduzem o preconceito e o desconhecimento presentes na sociedade em geral. As autoras defendem que desfazer mitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência é um passo

indispensável para reduzir o preconceito e viabilizar práticas pedagógicas mais adequadas. Nesse sentido, a Educação Sexual não deve ser compreendida como um conjunto de informações biológicas repassadas de forma pontual, mas como um processo contínuo de formação para a cidadania, a autonomia e o autocuidado.

Com base em Buscaglia (1997), Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 68) enfatiza os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no processo de socialização. Ela ressalta a importância de educadores e pais incentivarem seus alunos e filhos a buscar mais interações que promovam o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis.

[...] o ajustamento social da pessoa com deficiência se deve mais a uma autoimagem favorável, ao desenvolvimento das capacidades de socialização e de produção do que à natureza da deficiência ou sucesso ou fracasso acadêmico, isto é, deve-se fundamentalmente ao desenvolvimento saudável de sua sexualidade proporcionado por uma inserção social mais ampla.

Dessa forma, reafirmamos a importância de promover uma educação sexual emancipatória para pessoas com deficiência, favorecendo uma socialização mais saudável e ampliando as possibilidades de uma integração social plena e adequada. Conforme destacado por Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 52), no desenvolvimento típico, o jovem adulto alcança relacionamentos marcados pela intimidade e solidariedade, além de vivenciar o pleno desenvolvimento de sua sexualidade.

Os autores Chagas e Fernandes (2018), a partir de experiência em um centro de educação profissional para pessoas com deficiência intelectual no Rio de Janeiro, reforçam que a sexualidade dessas pessoas costuma ser abordada de forma insuficiente, quando não é simplesmente evitada pelas instituições escolares. As autoras defendem o uso de tecnologias assistivas e recursos lúdicos, como jogos pedagógicos, para viabilizar o debate sobre sexualidade de forma acessível e adaptada às diferentes formas de comunicação e compreensão dos estudantes com deficiência intelectual.

Maia et al. (2015), ao descreverem um programa de intervenção em Educação Sexual voltado a pessoas com deficiência física, destacam quatro objetivos centrais que devem orientar esse tipo de trabalho: transmitir uma noção ampla e emancipatória de sexualidade; esclarecer os efeitos da repressão sexual historicamente imposta a esse público; refletir sobre as mudanças na imagem corporal e na autoestima; e discutir criticamente a crença social de que a deficiência seria incompatível com a vivência da sexualidade. Essas diretrizes oferecem um panorama consistente do que se espera de uma Educação Sexual verdadeiramente inclusiva.

2.3 Barreiras e desafios na Educação Sexual de pessoas com deficiência

A literatura consultada converge na identificação de barreiras recorrentes que dificultam a efetivação da Educação Sexual de pessoas com deficiência no contexto escolar brasileiro. A primeira delas é de natureza atitudinal: o capacitismo, entendido como a discriminação estrutural contra pessoas com deficiência, frequentemente se manifesta na infantilização desses sujeitos, tratados como eternas crianças, destituídas de desejo e de autonomia sobre o próprio corpo. Essa infantilização não apenas nega direitos, como também aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas a situações de abuso, uma vez que a ausência de informação dificulta o reconhecimento de limites e de situações de risco.

De Carvalho e Bortolozzi (2024), em pesquisa realizada com quarenta e oito professores, identificaram que os docentes reconhecem a maior vulnerabilidade de estudantes com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista a infecções sexualmente transmissíveis, gravidezes não planejadas e violência sexual, mas nem sempre percebem diferenças significativas de vulnerabilidade entre gêneros. As autoras concluem que cabe aos professores elaborar e aplicar propostas de Educação Sexual inclusiva capazes de atender a todos os estudantes da escola, reduzindo essas vulnerabilidades por meio da informação e do diálogo continuado.

Uma segunda barreira relevante é de ordem formativa: parte significativa dos profissionais da educação não recebeu, em sua formação inicial ou continuada, preparo específico para tratar de sexualidade e deficiência de forma conjunta. Isso gera insegurança pedagógica e, muitas vezes, a delegação do tema exclusivamente à família ou à área da saúde, quando deveria ser tratado de forma transversal e continuada no currículo escolar, como já preveem os documentos oficiais da educação inclusiva no país.

Uma terceira barreira diz respeito à comunicação e à acessibilidade dos materiais pedagógicos. Estudantes com deficiência intelectual, visual, auditiva ou com transtorno do espectro autista demandam recursos específicos, como linguagem simples, uso de Libras, materiais táteis, pictogramas e tecnologias assistivas, nem sempre disponíveis nas escolas. A ausência desses recursos compromete a compreensão de conceitos abstratos relacionados a corpo, afeto, consentimento e reprodução, reforçando a exclusão desses estudantes justamente do conteúdo que poderia protegê-los e emancipá-los.

Por fim, destaca-se uma barreira de natureza curricular mais ampla: a Educação Sexual, quando presente na escola, costuma ser tratada de forma fragmentada, biologizante e descolada de discussões mais amplas sobre corpo, natureza, cuidado e sustentabilidade da vida. É

justamente nessa lacuna que reside a contribuição original deste artigo: a possibilidade de a Ecopedagogia oferecer um marco pedagógico mais amplo e mais sensível, capaz de integrar corpo, natureza e diversidade em uma proposta formativa coerente.

2.4 Interfaces entre Ecopedagogia e Educação Sexual inclusiva: por uma pedagogia integradora do corpo, da natureza e da diversidade

A aproximação entre Ecopedagogia e Educação Sexual de pessoas com deficiência não é evidente à primeira vista, mas se sustenta em ao menos três eixos conceituais comuns aos dois campos. O primeiro eixo é a compreensão do corpo como parte da natureza, e não como objeto separado dela. Assim como a Ecopedagogia recusa o antropocentrismo que separa o ser humano do restante da vida na Terra, uma Educação Sexual inclusiva precisa recusar a lógica capacitista que separa o corpo com deficiência do corpo considerado "normal", tratando-o como corpo diverso, legítimo e igualmente digno de desejo, prazer e cuidado.

O segundo eixo comum é o princípio do cuidado. A Ecopedagogia propõe uma ética do cuidado com a Terra, entendida como organismo vivo que deve ser protegido e não explorado (GADOTTI, 2010). Essa mesma ética pode orientar a forma como a escola trata o corpo das pessoas com deficiência: não como um problema a ser gerenciado ou como um risco a ser contido, mas como um território de vida que merece cuidado, escuta e respeito à autonomia. O cuidado, nesse sentido, deixa de ser sinônimo de proteção excessiva ou de infantilização e passa a significar corresponsabilidade e respeito à autodeterminação do sujeito.

O terceiro eixo é a valorização da diversidade como princípio formativo. A Ecopedagogia parte do reconhecimento da diversidade biológica e cultural como condição para a sustentabilidade da vida no planeta; de forma análoga, uma Educação Sexual verdadeiramente inclusiva parte do reconhecimento da diversidade corporal, cognitiva e sensorial como condição para a construção de relações mais justas e menos violentas. Ambas as pedagogias, portanto, se opõem a lógicas homogeneizantes e normatizadoras, sejam elas aplicadas à natureza, sejam aplicadas aos corpos humanos.

Do ponto de vista metodológico, essa aproximação também se sustenta na matriz da mediação pedagógica proposta por Gutiérrez e Prieto (1994), que valoriza a experiência concreta, sensorial e contextualizada como ponto de partida da aprendizagem. Atividades ao ar livre, hortas escolares, trilhas sensoriais e projetos de educação ambiental podem se tornar espaços privilegiados para o trabalho com temas como esquema corporal, autoconhecimento, consentimento e respeito aos limites do outro, aproveitando-se da dimensão lúdica e sensorial

da natureza para tratar de conteúdos que, tratados apenas de forma verbal e abstrata, costumam ser de difícil compreensão para muitos estudantes com deficiência.

Cabe ressaltar que essa proposta de integração não pretende diluir a especificidade de nenhum dos dois campos, tampouco reduzir a Educação Sexual a uma metáfora ambiental esvaziada de conteúdo. Trata-se, antes, de reconhecer que ambas as pedagogias compartilham um projeto formativo comum: a formação de sujeitos capazes de se relacionar de forma ética, crítica e afetiva consigo mesmos, com os outros e com o planeta que habitam. É esse projeto formativo compartilhado que fundamenta as propostas apresentadas na seção de resultados e discussão deste artigo.

É preciso, contudo, delimitar com clareza os limites dessa analogia. A semelhança entre os princípios da Ecopedagogia e os da Educação Sexual inclusiva é de natureza estrutural, não empírica: nenhum dos autores de referência em Ecopedagogia trata diretamente de sexualidade e deficiência, e a literatura sobre sexualidade e deficiência, por sua vez, não recorre a categorias ambientais. A integração proposta é, portanto, uma construção interpretativa deste artigo, e não a descrição de um diálogo já existente entre os dois campos. Há ainda um risco a evitar: usar metáforas ecológicas para tratar do corpo pode ser lido como uma forma de abordar a sexualidade de modo indireto ou eufemístico, na contramão do que recomenda a literatura especializada, que defende conteúdos explícitos e diretos sobre corpo, prazer, consentimento e prevenção (MAIA, 2006; MAIA et al., 2015). Para que a aproximação com a Ecopedagogia não incorra nesse risco, ela deve ser compreendida como recurso metodológico complementar, sensorial e motivador, e nunca como substituto de conteúdos explícitos de Educação Sexual, que devem permanecer presentes de forma direta e acessível no currículo.

2.5 A questão de gênero e a interseccionalidade na Educação Sexual de pessoas com deficiência

Um aspecto que merece atenção especial na discussão sobre sexualidade e deficiência é a interseccionalidade entre gênero, deficiência e outros marcadores sociais da diferença. A literatura sobre educação inclusiva tem apontado que as pesquisas educacionais frequentemente tratam a deficiência de forma homogênea, sem considerar como ela se articula com o gênero na produção de vulnerabilidades específicas. Meninas e mulheres com deficiência, por exemplo, tendem a estar mais expostas a situações de violência sexual e a ter menor acesso a informações sobre saúde reprodutiva do que meninos e homens em situação semelhante, o que exige que a Educação Sexual escolar leve em conta essas diferenças em vez de tratar "a pessoa com deficiência" como uma categoria única e indiferenciada.

Essa perspectiva interseccional também é compatível com os fundamentos da Ecopedagogia, que, desde sua origem, valoriza a diversidade como princípio ético e pedagógico, recusando abordagens generalizantes tanto em relação à natureza quanto em relação aos sujeitos. Assim como um ecossistema saudável depende da diversidade de espécies e da singularidade de cada nicho ecológico, uma escola inclusiva depende do reconhecimento da singularidade de cada estudante, com suas múltiplas condições de gênero, deficiência, classe social e raça. Incorporar essa lente interseccional às propostas de integração entre Ecopedagogia e Educação Sexual é, portanto, condição para que tais propostas não reproduzam, ainda que involuntariamente, novas formas de homogeneização e apagamento das diferenças dentro do próprio grupo de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, recomenda-se que as atividades pedagógicas sugeridas neste artigo, como trilhas sensoriais, hortas escolares e projetos de sustentabilidade articulados à Educação Sexual, sejam planejadas de forma flexível, permitindo adaptações conforme o gênero, a faixa etária, o tipo de deficiência e o contexto sociocultural de cada grupo de estudantes, evitando-se propostas padronizadas que desconsiderem essas diferenças internas ao próprio público-alvo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. Diferentemente das revisões sistemáticas, que seguem protocolos rígidos de busca e seleção, a revisão narrativa permite maior liberdade na articulação de referenciais teóricos oriundos de campos distintos, o que se mostrou adequado aos objetivos deste artigo, voltado à construção de um diálogo interdisciplinar entre a Ecopedagogia e a Educação Sexual de pessoas com deficiência.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados de acesso aberto, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e portais de periódicos de universidades públicas brasileiras, além de repositórios institucionais e do acervo digital de referência sobre Ecopedagogia. Os descritores utilizados foram, isoladamente e em combinação: "ecopedagogia", "educação ambiental", "educação sexual", "sexualidade e deficiência", "pessoa com deficiência" e "educação inclusiva".

Foram priorizados textos em língua portuguesa, produzidos majoritariamente por autores e autoras brasileiros, tendo em vista o objetivo de dialogar com a realidade legal, curricular e institucional da educação especial e inclusiva no Brasil. Como critério de seleção, optou-se por trabalhos que apresentassem fundamentação teórica consistente sobre um dos dois

campos investigados, com destaque para autores de referência na área da Ecopedagogia, como Moacir Gadotti, Paulo Freire, Francisco Gutiérrez e Daniel Prieto, e para autores de referência na área de sexualidade e deficiência, como Ana Cláudia Bortolozzi Maia e colaboradores.

A análise do material seguiu três etapas: (1) leitura exploratória das obras e artigos selecionados, com identificação dos conceitos centrais de cada campo; (2) leitura seletiva, voltada à identificação de pontos de convergência conceitual e metodológica entre a Ecopedagogia e a Educação Sexual inclusiva; e (3) leitura interpretativa, na qual se buscou construir, a partir dos referenciais consultados, propostas pedagógicas concretas de integração entre os dois campos, apresentadas na seção seguinte.

Como limitação metodológica, reconhece-se que este é um estudo de natureza teórica, sem coleta de dados empíricos junto a escolas, professores, famílias ou pessoas com deficiência. Trata-se, portanto, de um primeiro passo reflexivo e propositivo, que pode servir de base para pesquisas empíricas futuras, voltadas a testar e avaliar, em contextos escolares concretos, as propostas pedagógicas aqui delineadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura consultada permite organizar os resultados deste estudo em quatro frentes de discussão: (a) o uso de metáforas e experiências ecológicas para o trabalho com o corpo e o autocuidado; (b) as possibilidades de práticas pedagógicas ao ar livre e sensoriais adaptadas; (c) a construção curricular integrada entre sustentabilidade e direitos sexuais e reprodutivos; e (d) a formação docente como condição de viabilidade da proposta.

Em relação à primeira frente, observa-se que a Ecopedagogia oferece um repertório simbólico rico para tratar de temas ligados ao corpo e ao autocuidado. Conceitos como ciclo da vida, ecossistema, ciclos naturais e interdependência entre os seres vivos podem ser mobilizados pedagogicamente para explicar, de forma concreta e sensorial, temas como puberdade, mudanças corporais, higiene íntima e cuidado com a saúde. Para estudantes com deficiência intelectual, por exemplo, associar o próprio corpo a um "território" que deve ser respeitado e cuidado, à semelhança do cuidado que se destina à Terra, pode facilitar a compreensão de noções abstratas como privacidade e consentimento, tema recorrente na literatura sobre vulnerabilidade dessa população (DE CARVALHO; BORTOLOZZI, 2024).

A segunda frente de discussão refere-se ao potencial das práticas pedagógicas ao ar livre, já amplamente defendidas pela Ecopedagogia, para o trabalho com Educação Sexual de pessoas com deficiência. Atividades como hortas escolares, trilhas sensoriais, contato com animais e

plantas, e observação de ciclos naturais oferecem oportunidades concretas de exploração sensorial do ambiente, favorecendo estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual, cujas formas de aprendizagem costumam se beneficiar de experiências multissensoriais e contextualizadas, tal como já defendido pela mediação pedagógica de Gutiérrez e Prieto (1994). Esse tipo de atividade pode, por exemplo, ser utilizado para trabalhar noções de espaço pessoal, toque consentido e respeito aos limites do outro, a partir da interação cuidadosa com plantas e animais, antes de serem transpostas para as relações interpessoais.

A terceira frente diz respeito à construção curricular. Este estudo defende que projetos escolares de educação ambiental e de Educação Sexual não precisam ocorrer de forma paralela e desarticulada, como costuma acontecer nas escolas brasileiras. Um currículo integrado poderia, por exemplo, abordar a diversidade da vida no planeta como ponto de partida para discutir a diversidade corporal e afetiva humana; discutir a interdependência entre os seres vivos como ponto de partida para discutir relações de cuidado, consentimento e respeito mútuo; e utilizar projetos de sustentabilidade, como hortas e composteiras escolares, como espaços de convivência nos quais também se trabalhem, de forma transversal, temas de autoconhecimento corporal e prevenção à violência sexual, indicados como urgentes pela literatura consultada (CHAGAS; FERNANDES, 2018; MAIA et al., 2015).

A quarta frente de discussão, e talvez a mais determinante para a viabilidade da proposta, refere-se à formação docente. Maia e Ribeiro (2010) já apontavam que o despreparo dos professores é um dos principais obstáculos à Educação Sexual de pessoas com deficiência; os resultados desta revisão sugerem que esse despreparo se agrava quando se propõe uma abordagem interdisciplinar, que exige do professor conhecimentos tanto de Educação Sexual quanto de Ecopedagogia. Recomenda-se, assim, que a formação continuada de professores da educação especial e inclusiva incorpore módulos específicos sobre Ecopedagogia, sexualidade e deficiência, com ênfase em metodologias ativas, sensoriais e baseadas em experiências concretas, e não apenas em conteúdos teóricos transmitidos de forma expositiva.

Um ponto relevante que emerge da literatura é o de que a integração entre os dois campos não deve ser pensada apenas como um recurso metodológico para "facilitar" a compreensão de conteúdos de Educação Sexual, mas como uma proposta formativa mais ampla, que visa formar sujeitos ecologicamente e afetivamente responsáveis. Isso significa que as atividades sugeridas não substituem a necessidade de conteúdos específicos e diretos sobre corpo, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, direitos sexuais e reprodutivos e prevenção à violência,

temas que devem continuar sendo tratados de forma explícita e acessível, conforme já recomendado pela literatura especializada (MAIA, 2006; MAIA et al., 2015).

Outro elemento que se destaca nos resultados é a necessidade de articulação entre a proposta de integração aqui defendida e o uso de tecnologias assistivas, já apontado por Chagas e Fernandes (2018) como recurso relevante para o trabalho com sexualidade e deficiência intelectual. Jogos pedagógicos, aplicativos com comunicação alternativa e recursos em Libras podem ser incorporados às atividades ao ar livre e aos projetos de sustentabilidade escolar, ampliando o alcance dessas propostas para estudantes com diferentes tipos de deficiência. Um projeto de horta escolar, por exemplo, pode ser acompanhado de pranchas de comunicação alternativa com pictogramas relacionados ao corpo e ao cuidado, ou de roteiros sensoriais adaptados para estudantes com deficiência visual, de modo que a experiência ecológica se torne, simultaneamente, uma experiência de aprendizagem sobre o próprio corpo.

Esse conjunto de resultados permite afirmar que a Ecopedagogia, mais do que um simples recurso metodológico, oferece uma matriz filosófica capaz de sustentar uma reformulação mais ampla da Educação Sexual de pessoas com deficiência, deslocando-a de uma abordagem pontual e biologizante para uma abordagem processual, sensorial e relacional, coerente com os princípios de cidadania planetária e de cuidado com a vida defendidos por Gadotti (2010).

13

Cabe ainda destacar a importância da avaliação contínua dessas práticas. Diferentemente de uma palestra pontual sobre sexualidade, forma mais comum de abordagem do tema nas escolas brasileiras, a proposta de integração entre Ecopedagogia e Educação Sexual pressupõe um trabalho de longo prazo, desenvolvido ao longo do ano letivo e articulado a projetos permanentes, como hortas e áreas verdes escolares. Isso exige o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes, com registros pedagógicos que permitam observar avanços na autonomia, no autoconhecimento corporal e na capacidade de identificar e comunicar situações de desconforto ou risco, sempre respeitando o tempo e as formas de comunicação de cada estudante.

Também merece destaque o papel das famílias nesse processo. A literatura sobre sexualidade e deficiência é recorrente ao apontar que familiares de pessoas com deficiência costumam adotar posturas superprotetoras, motivadas tanto pelo medo de exposição a situações de abuso quanto pela dificuldade de reconhecer o familiar com deficiência como sujeito sexuado. A articulação entre escola e família é, portanto, condição necessária para o sucesso de qualquer proposta de Educação Sexual, e a Ecopedagogia pode contribuir também nesse aspecto, ao

propor atividades que envolvam toda a comunidade escolar, como mutirões de plantio, feiras de sustentabilidade e encontros formativos abertos às famílias, criando oportunidades de sensibilização e diálogo sobre sexualidade em um ambiente menos formal do que uma reunião escolar tradicional.

Por fim, os resultados desta revisão indicam que a integração entre Ecopedagogia e Educação Sexual de pessoas com deficiência não deve ser tratada como uma iniciativa isolada de professores individuais, mas incorporada ao projeto político-pedagógico das escolas, de forma articulada com as famílias e com os serviços de saúde, conforme já preveem tanto a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) quanto a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Somente com esse tipo de articulação institucional é possível superar o caráter pontual e fragmentado que ainda caracteriza, segundo a literatura consultada, boa parte das iniciativas de Educação Sexual voltadas a esse público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir as possibilidades de integração entre a Ecopedagogia e a Educação Sexual de pessoas com deficiência, partindo da hipótese de que os dois campos compartilham um núcleo formativo comum, fundado no reconhecimento do corpo como parte da natureza, na valorização da diversidade e na defesa de uma ética do cuidado. A revisão da literatura deu sustentação teórica a essa hipótese, evidenciando convergências conceituais e metodológicas plausíveis entre os dois campos. É importante reiterar que essas convergências foram construídas por este artigo, por aproximação de princípios, e não encontradas prontas na literatura consultada: até o momento, ecopedagogia e educação sexual de pessoas com deficiência permanecem campos pouco dialogantes na produção acadêmica brasileira, o que reforça o caráter propositivo, e não conclusivo, desta análise.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para ampliar a compreensão da Ecopedagogia para além de seu campo tradicional de aplicação, voltado à Educação Ambiental, evidenciando seu potencial para dialogar com discussões sobre corpo, diversidade e direitos das pessoas com deficiência. Do ponto de vista prático, o artigo sugere caminhos concretos, como o uso de metáforas ecológicas, práticas pedagógicas ao ar livre, currículos integrados e formação docente específica, que podem orientar a atuação de professores da educação especial e inclusiva interessados em qualificar suas práticas de Educação Sexual.

É importante reconhecer os limites deste estudo: por se tratar de uma revisão bibliográfica de natureza teórica, as propostas aqui apresentadas ainda não foram testadas

empiricamente em contextos escolares concretos. Recomenda-se, assim, que pesquisas futuras, de caráter aplicado, investiguem a implementação dessas propostas em escolas de educação especial e inclusiva, avaliando seus efeitos sobre a compreensão dos estudantes acerca do próprio corpo, sobre a redução de situações de vulnerabilidade e violência sexual, e sobre a formação de uma consciência ambiental integrada à formação para a cidadania e para os direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, conclui-se que romper com o silenciamento histórico que recai sobre a sexualidade das pessoas com deficiência exige mais do que a inserção pontual de conteúdos biológicos no currículo escolar: exige uma mudança mais profunda na forma como a escola compreende o corpo, o cuidado e a diversidade. Nesse sentido, a Ecopedagogia, ao propor uma pedagogia da Terra fundada na cidadania planetária e na ética do cuidado, oferece um horizonte fértil para pensar uma Educação Sexual verdadeiramente inclusiva, capaz de formar sujeitos conscientes de si, do outro e do planeta que habitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BUSCAGLIA, Leo. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: proposição do tema nas escolas. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 5, n. 10, 2018.

DE CARVALHO, Lucas Rafael Silva; BORTOLOZZI, Ana Cláudia. Vulnerabilidade e sexualidade de pessoas com deficiência: um estudo com professores (as). DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 25, e 024003, 2024.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia. Sexualidade e deficiência: uma releitura. Bauru: Gradus, 2021.

BORTOLOZZI, A. C.; VILAÇA, T. Educação sexual inclusiva e a formação de professores (as). São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. *A Carta da Terra na educação: subsídios para a sua utilização em sala de aula*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra: ecopedagogia e educação sustentável*. Buenos Aires: CLACSO, [200-?]. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/torres/gadotti.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2026.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. *A mediação pedagógica: educação a distância alternativa*. Campinas: Papirus, 1994.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Sexualidade e deficiências*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paula Regina Marino. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RODRIGUES, Marcelo Gonçalves; GOMES, Fernanda Piqueira; MARQUES, Priscila Foger. Educação sexual para pessoas com deficiência física. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 215-224, 2015.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1121-1134, 2020.

PACTO EDUCATIVO GLOBAL. *Vademecum: português*. 2020. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Vademecum-Portuges-para-a-web-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.